

## CULTURA, CIDADE E COMUNICAÇÃO

Mauricio Siqueira<sup>1</sup>

**Resumo:** o presente texto aborda aspectos das relações entre meios de comunicação e conformação das cidades que podem e devem ser tratados pelas políticas públicas de cultura. Pretende-se conferir substância teórica à experiência recente do Ministério da Cultura do Brasil no campo em pauta, com a finalidade de contribuir para a gestão que se inicia no MinC neste ano de 2011. Para tanto, faz-se uma apropriação crítica de autores como Canclini, Boaventura de Souza Santos, Maria Elisa Cevasco, Antonio Negri e Alain Touraine. São aproveitados, ainda, discursos do ex-Ministro Gilberto Gil acerca dos temas em pauta.

**Palavras-chave:** meios de comunicação, cidade, política cultural.

O Ministério da Cultura, no Governo Lula, adotou um conceito amplo de cultura, que articula três dimensões: a cultura como expressão simbólica (estética e antropológica), a cultura como direito e cidadania, e a cultura como economia e produção de desenvolvimento.<sup>2</sup> O presente trabalho incorpora esse entendimento de cultura para fins das respectivas políticas públicas.

Essa amplitude tem vantagens e desvantagens para quem é responsável pelas políticas culturais. Operacionalmente, no que se refere à gestão dessas políticas, isso implica um conjunto muito amplo de áreas a serem tratadas. Contudo, precisamente essa amplitude é que forneceu uma base de sustentação política e social ao Ministério da Cultura, projetando o MinC para o primeiro plano dos debates políticos nos últimos anos, como ocorreu quanto aos meios de comunicação, às leis de propriedade intelectual, à internet, aos direitos humanos e à diversidade cultural no Brasil, entre outros temas.

---

<sup>1</sup> Sociólogo, Dr., Pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa, Setor de Pesquisa em Política Cultural, Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> <[http://www.cultura.gov.br/upload/programa%20cultural%20para%20desenvolvimento%20de%20brasil\\_1174326644.pdf](http://www.cultura.gov.br/upload/programa%20cultural%20para%20desenvolvimento%20de%20brasil_1174326644.pdf)>, acessado em 12/06/07.



A esse conceito amplo de cultura cabe acrescentar a noção proposta por Maria Elisa Cevasco de se pensar a cultura "como a organização dos significados e dos valores de um determinado grupo social e como um campo de luta onde eles possam ser modificados em direção a um mundo mais democrático." (CEVASCO, 2003: *contra-capa*). Podemos afirmar, portanto, que a cultura se constitui como tal nas próprias "lutas" sociais.

Com base nesse entendimento é que o tema aqui abordado tem como preocupação de fundo aquilo que podemos chamar de sustentabilidade das políticas públicas de cultura. Não se trata especialmente dos aspectos econômicos, mas sim dos sujeitos envolvidos nesses processos culturais, suas formas de participação e suas subjetividades e imaginários referentes a esses mesmos processos. Trata-se, portanto, não apenas do capital e do Estado, mas principalmente dos movimentos sociais e culturais.

Com base em diferentes pesquisas acerca desse "imaginário cultural" e de avaliação das políticas públicas de cultura mais recentes no Brasil, que não podem ser aqui expostas dado a exigüidade de espaço disponível, é preciso que se proceda a uma caracterização mínima dos processos que ocorrem nas principais metrópoles do capital no Ocidente, de modo a permitir que a nossa cartografia cultural tenha parâmetros de comparação num mundo globalizado. Nesse sentido, podemos constatar que há uma escalada das reivindicações culturais, tanto sob uma forma neocomunitária como sob a forma de apelo a um sujeito pessoal e à reivindicação de direitos culturais (Touraine, 2006). *Atores sociais e movimentos sociais* são cada vez mais substituídos no mundo de hoje pelos *sujeitos pessoais* e pelos *movimentos culturais*. Uma questão básica é como entender esses fenômenos e como agir, enfrentar os mesmos com políticas públicas adequadas.

Cabe observar que esse deslocamento da centralidade social para o campo da cultura não é novidade, embora em outro contexto. A palavra cultura assumiu uma importância crescente como pólo das discussões acerca de novos rumos na reorganização da sociedade inglesa no pós-guerra, como o atestam os trabalhos e a práxis dos protagonistas dos "estudos culturais" (CEVASCO, 2003: 11 - 12). Entre estes, Raymond Williams já percebia a chegada da "era da cultura", isto é, uma época em que predominam os meios de comunicação de massa e em que ocorre um deslocamento dos conflitos políticos e econômicos para o campo cultural. Sempre com a perspectiva de participar das mudanças da sociedade, Raymond Williams dedicou-se a

preservar o uso da palavra cultura como campo de mudanças, expressando os vários modos de vida social. Para isso era importante associar a vida econômica e social com a vida cultural.

Raymond Williams entendia que o papel da cultura como instrumento e campo de lutas importante para mudanças sociais e políticas foi atribuído a ela pela própria sociedade, em sua complexidade, com destaque para os meios de comunicação de massa (CEVASCO, 2003: 55). Não se trata, portanto, de uma ilusão/desejo de que a cultura seja o único caminho a viabilizar mudanças efetivas no mundo contemporâneo. Por esse entendimento, as estruturas capitalistas são reproduzidas não apenas pelo poder e pela propriedade privada. Assumindo expressamente uma concepção gramsciana de hegemonia, Raymond Williams já ressaltava que a dominação de uma classe sobre as demais

*se mantém também, inevitavelmente, pela cultura do vivido: aquela saturação do hábito, da experiência, dos modos de ver, continuamente renovada em todas as etapas da vida, desde a infância, sob pressões definidas e no interior de significados definidos, de tal forma que o que as pessoas vêm a pensar e a sentir é, em larga medida, a reprodução de uma ordem social profundamente arraigada, a que as pessoas podem até pensar que de algum modo se opõem, e a que, muitas vezes, se opõem de fato.*<sup>3</sup>

Nesse sentido, como nota Maria Elisa Cevasco, "a cultura não mais transcende a política como um bem maior, mas representa os termos em que a política se articula. Como lembra Edward Said (1993: 16), "a cultura é o campo de batalha no qual as causas se expõem à luz do dia e lutam umas contra as outras"" (CEVASCO, 2003: 25). Não se trata de substituição da política pela cultura, mas sim de formas de realização da política.

Apesar da precisão das conclusões de uma ampla bibliografia acerca dos atuais fenômenos culturais, é preciso ressaltar os limites em que esbarra grande parte desses estudos. De fato, uma parte expressiva permanece naquilo que Marx chamou de *superfície da sociedade*, onde as formações sociais têm uma *aparência* que muito frequentemente ocultam fenômenos e processos essenciais que as explicam e determinam.

Sobre isso, lembra Maria Elisa Cevasco:

*A verdade das relações sociais e sobre como a cultura lhes dá forma não está certamente na superfície da vida cotidiana em uma sociedade como a nossa onde a ocultação é essencial para o bom funcionamento do sistema. (...) a lógica*

---

<sup>3</sup> Raymond Williams. You're a Marxist, aren't you? (1975). In *Resources of Hope*, op. cit. p. 74 (apud Cevasco, 2003: 55).

*que azeita o funcionamento do capital nessa sua fase de expansão máxima é cultural. (CEVASCO, 2008: 4).*

Ao se esbarrar nos limites das aparências, faz-se necessário, portanto, dar um salto metodológico, uma vez que nosso interesse é identificar e enfrentar com políticas públicas os fenômenos pertinentes de nossa vida contemporânea. Trata-se de explicar as determinantes desses fenômenos e tentar detectar as tendências e seus desdobramentos.

A esse respeito, gostaria de destacar a pertinência e adequação às nossas inquietações de pesquisa do convite formulado por Michael Hardt e Antonio Negri, na obra *Império*, no sentido da importância de se "descobrir os meios e as forças de produção da realidade social, **bem como** as subjetividades que a animam" (2001: 41).

Essa tarefa é hoje mais difícil do que no período de hegemonia do capital industrial, já que não se trata simplesmente do trabalhador industrial produtivo e sua relação com os meios de produção e as formas de consciência e subjetividades aí articuladas. O "trabalhador" hoje é outro e, também, os meios de produção.

Trilhando esse caminho é conveniente notar que os lugares da produção e reprodução da vida social são vários, entre eles as cidades, objeto de nosso interesse aqui.

Cabe, antes, uma observação. Embora nossas reflexões aqui ainda fiquem num plano muito abstrato, muito geral, focando nas metrópoles/grandes cidades, para a formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas, é preciso passar dessas abstrações para um plano mais concreto. Quero com isso lembrar que, pelo IBGE, o Brasil conta com 5.565 municípios, dos quais apenas 40 (0,7%) estão na faixa de mais de 500.000 habitantes. Claro que a concentração populacional nessas grandes cidades e os seus respectivos processos econômicos, sociais e culturais obrigam a existência de políticas públicas preferenciais para essas realidades. Mas, é importante considerar que 89,2% dos municípios são aqueles com até 50.000 habitantes. Aí se faz cultura, política, se produz, e contam-se com arranjos institucionais político-administrativos, por mais precários que sejam.

Pois bem, feita essa observação, a consideração do tema *cidades* aparece em nossas pesquisas privilegiando a ótica das políticas públicas de cultura, conforme mencionamos ao início. A esse respeito acho importante trazer para a discussão algumas reflexões de Nestor Garcia Canclini (2008: 15).

Em seu artigo *Imaginários culturais da cidade: conhecimento / espetáculo / desconhecimento* (2008: 15), Canclini chama a atenção para o fato de muitos

pesquisadores estarem incluindo os processos culturais e os imaginários dos cidadãos na caracterização daquilo que seria o urbano.

Nesse sentido, os meios de comunicação têm destaque na própria definição do que seja a cidade, uma vez que esta já não pode mais ser apenas descrita por seus atributos físicos e geográficos. As informações que nos são passadas também atuam na construção de nosso imaginário, de nossas emoções acerca da cidade, ao que Canclini chama de “cartografias mentais e emocionais que variam segundo os modos pessoais de experimentar as interações sociais.” (2008: 15). Torna-se, portanto, muito difícil definir o que é uma cidade. O conhecimento que se pretende totalizante acerca da cidade é permanentemente destotalizado em função dos fluxos sociais e das ações imprevistas que aí ocorrem.

Já há algum tempo, entre os temas mais recorrentes nos debates e pesquisas sobre a cidade, destacam-se *as cidades do conhecimento*, *as cidades como espetáculo* e *cidades do reconhecimento entre diferentes (multi e interculturalidade)*. Canclini foca em “quatro sistemas espaciais e redes de comunicação: a cidade da informação e do conhecimento; a do espetáculo; a do reconhecimento e a do desconhecimento.” (2008: 17). Seu objeto de estudo são as megalópoles e cidades médias.

No que se refere às *experiências de desconhecimento* que nos são proporcionadas pelas grandes cidades, elas comprovariam a impossibilidade de uma análise da **totalidade** dos processos urbanos:

Diz Canclini:

“Atravessamos zonas nas quais só podemos imaginar o que ali sucede (habitualmente com preconceitos e discriminações). Por outro lado, falamos de desconhecimento porque nas sociedades da informação e da vigilância também há políticas de distorção e ocultamento que se manifestam como estratégias governamentais e midiáticas para concentrar a informação e excluir a amplos setores até torná-los invisíveis.” (2008: 17).

No que se refere às chamadas cidades do conhecimento, Canclini apresenta uma questão básica:

“Estamos transformando as cidades mediante o conhecimento e a cultura ou convertemos as cidades em espetáculo cultural sem modificar as desordens estruturais? (2008: 19).

A esse respeito, gostaríamos de enfatizar as intervenções atuais na cidade do Rio de Janeiro por parte dos gestores da política urbana em seus vários vetores. As ações do governo local e dos grandes meios de comunicação justificam as novas cartografias da

cidade com base numa concepção de “cidade criativa” ou “cidade do conhecimento”. Trata-se de mega-projetos e mega-eventos que são passados para a população como uma esperança de se ter mais empregos, mais turismo e mais cultura. Com essa perspectiva são efetuadas remoções de populações pobres, políticas de higienização das ruas, “choque de ordem” etc.

O fato é que nas grandes cidades ocorre uma hipertrofia da espetacularização social e cultural, acentuada, na América Latina, já no período de passagem da *cidade industrial* para a *cidade comunicacional*. Com a expansão das manchas urbanas debilita-se a interação entre as partes e a imagem de conjunto. Ao mesmo tempo houve uma enorme expansão dos meios de comunicação que passaram a representar instrumentos de religação das partes:

“A mesma política econômica de modernização industrial que transbordou a urbe promoveu paralelamente novas redes audiovisuais que reorganizaram as práticas de informação e entretenimento e recompuseram certo sentido de compartilhamento da metrópole. Enquanto a expansão demográfica e territorial desanima muitos habitantes da periferia a comparecer aos teatros e salões de baile concentrados no centro da cidade, o rádio e a televisão levam a cultura a 97% dos lares. Essa reorganização das práticas urbanas nos sugeriu uma conclusão teórica: a caracterização *socioespacial* da megalópole deve ser completada com uma redefinição *sociocomunicacional* que dê conta do papel rearticulador dos meios no desenvolvimento da cidade.” (Canclini, 2008: 20).

Desse processo surge um problema central para as políticas públicas na cidade, isto é, não se acredita mais em um planejamento total da cidade. Os governos trabalham com fragmentos, com zonas mais dinâmicas segundo os interesses dos segmentos políticos hegemônicos. Por outro lado, é curioso observar que a resistência dos movimentos sociais e culturais a essa fragmentação urbana fortalece ainda mais a participação dos meios de comunicação, que passam a construir “relatos de localização”. Uma “totalidade” ou uma “noção de conjunto” é transmitida por esses meios aos habitantes dispersos numa cidade fragmentada. Surgem os “simulacros de totalização” midiáticos. Canclini dá o exemplo dos helicópteros que todas as manhãs transmitem aos cidadãos as condições do trânsito, do tempo etc. Esse processo de comunicação “atua sobre os imaginários e se constitui em reconfigurador de uma totalidade que ninguém percebe.” (2008: 21). Podemos pensar também no twitter que é usado para driblar a lei seca e os obstáculos do trânsito urbano. Podemos acrescentar as redes sociais “georeferenciadas” que tiveram enorme influência na mobilização de milhares de pessoas para os blocos de carnaval no Rio de Janeiro neste ano.

As empresas de comunicação “se apresentam, então, neste duplo papel: como *informadores macrosociais*, que divulgam o que sucede em lugares distantes, e como *confidentes microsociais*, que contam os engarrafamentos e as perturbações emocionais da cidade cujo noticiário estamos vendo.” (Canclini, 2008: 22).

Claro que esse processo de construção de imaginários acerca da cidade é mais complexo do que aqui resumido: “o desenvolvimento tecnológico e das comunicações dá origem a outras formas de diversidade. Os recursos audiovisuais e eletrônicos, vistos em outro tempo como ameaças homogeneizadoras, estão suscitando formas novas de multi e interculturalidade ao pôr em interação, em condições desiguais, as culturas letradas, audiovisuais e digitais.” (Canclini, 2008: 26).

A respeito desse papel dos meios de comunicação levantado por Nestor Canclini, cabe observar que embora haja uma dimensão de resistência na apropriação das tecnologias de informação e comunicação por parte dos trabalhadores e cidadãos em geral, a principal característica quanto a elas ainda é a hegemonia do capital.

No que se refere a essa característica "de resistência", cabe aqui a inserção de um trecho de entrevista de Antonio Negri ao jornal da UFRJ, embora se referindo a uma relação social mais ampla do que esta com os meios de comunicação:

(...) é o capital, é o comando capitalista que está em crise diante do trabalho imaterial. Está em crise por um motivo muito simples: porque o capital, na sua história, nasce e se desenvolve fornecendo um serviço que é o capital fixo. São os instrumentos, são as máquinas. Hoje, os instrumentos e as máquinas foram aos poucos sendo adquiridos pelos trabalhadores. Portanto, a relação com o capital não é mais uma relação necessária. Não precisamos mais de padrões porque a nossa transformação antropológica nos permitiu assumir funções que arrancam ao capital a sua capacidade de organização. O capital organizava através das máquinas, do saber e da atividade. Hoje, o saber foi arrancado ao capital ...Digo isso de modo genérico, cada uma dessas afirmações deve provocar uma verificação prática, uma análise específica. O saber não funciona mais como parte do capital fixo, mas da força de trabalho. (Negri, 2009: 7).

## POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO NA GESTÃO DE GILBERTO GIL E JUCA FERREIRA NO MINISTÉRIO DA CULTURA

As considerações acima expostas, que evidenciam um aspecto importante da ação dos meios de comunicação e das novas tecnologias de informação e comunicação, nos remetem à experiência recente no Ministério da Cultura do Brasil. Para quem lida com políticas públicas de cultura em nosso país, é de suma relevância conhecer a gestão de Gilberto Gil e Juca Ferreira no MinC no que concerne aos temas aqui abordados.

Já nos primeiros balanços, ainda em 2003, dos avanços constatados na gestão de Gilberto Gil e Juca Ferreira destacava-se a área do audiovisual, com a incorporação da Ancine ao MinC e com a proposta de criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav).

A divulgação da proposta da Ancinav provocou uma série de críticas nos grandes meios de comunicação, onde o MinC aparecia como estatizante, dirigista, autoritário etc. O Ministro Gil, ao par que lamentava não ter lido críticas consistentes nesses veículos de mídia, registrava também a não divulgação dos apoios que havia recebido e a não abertura de espaço para suas respostas. Em tom de indignação, Gilberto Gil pedia que os críticos identificassem claramente seus interesses particulares e respeitassem seu trajeto de vida.

Por que não vêm a público e dizem: as nossas empresas são contra a proposta, as nossas empresas não querem nenhum tipo de regulação para si, apenas para os outros setores?

Ontem, por exemplo, um grande jornal de São Paulo estampou em chamada de primeira página: o Ministério da Cultura quer controlar a Internet.

Ora... Isso ofende a minha inteligência, a minha história, a minha sensibilidade. E a inteligência dos próprios leitores.

Todos sabem que sou um defensor, e mais do que um defensor, um praticante, um usuário, um divulgador, do software livre, da inclusão digital, das formas mais radicais de exercício da liberdade de pensamento, de expressão e de criação.

Todos sabem que fui perseguido pela ditadura militar e que minha produção criativa foi controlada e violentada pela censura. Há um ditado popular que diz: quem bate pode até esquecer, mas quem apanha nunca esquece. Pode um perseguido tornar-se perseguidor? Não eu, certamente.

Quem seria, então, estalinista? Quem me ataca sem ter lido o que estou propondo, e além disso não me dá o direito de responder na mesma medida, no mesmo espaço, no mesmo local, ou eu, que estou aqui, falando com vocês, e me coloco à disposição para tratar do assunto com todo mundo, com as empresas, com as entidades, com os criadores? (Gil, 10 ago. 2004).

O Ministro Gil acentuava, então, que o projeto da Ancinav visava apoiar o setor audiovisual em todas as suas dimensões e que entre os seus principais críticos havia um equívoco acerca das diferenças entre regulação e regulamentação.

Aliás, nada mais democrático, transformador e contemporâneo do que a própria proposta de criação da Ancinav e de uma série de medidas legais e institucionais de regulação e desenvolvimento do conjunto do setor audiovisual do Brasil, incluindo a Internet.

Trata-se de afirmar ou não afirmar a capacidade do Brasil de ser um criador, um produtor e um difusor de conteúdos audiovisuais próprios. De saber se queremos ou não queremos construir a nossa própria imagem, a partir da incrível diversidade cultural e natural deste país. Se queremos ou não criar mais

empregos e gerar mais renda através de uma indústria livre, criativa, inteligente, sustentável e limpa.

Estão claramente confundido regulação com regulamentação e controle. Regulação quer dizer outra coisa.

A idéia de regulação parte de dois princípios:

- 1) A sociedade e seus setores estratégicos precisam de algumas regras e de instâncias de mediação que assegurem os seus valores fundamentais (como os direitos humanos), que contribuam para a solução de problemas (como a redução do grau de diversidade cultural ou a oligopolização de um setor econômico), e incentivem o seu desenvolvimento;
- 2) Para maximizar a eficiência, a abrangência, a democracia e a adequação à realidade dessas regras e instâncias, é preciso que elas sejam flexíveis e dinâmicas, sendo pactuadas e repactuadas, para que contemplem a riqueza, a complexidade, o dinamismo e a velocidade da própria realidade e da própria sociedade, sem se tornarem imposições. (Gil, 10 ago. 2004).

O Ministro Gil retomou a polêmica em torno da Ancinav anos depois, em um contexto de discussão sobre comunicação social e democratização da comunicação, quando já se abria outro debate acerca da adoção de mecanismos de classificação indicativa para a televisão.

Vocês provavelmente acompanharam de perto o debate sobre o ante-projeto de ampliação da Ancine para Ancinav - a Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual - certamente como naquela discussão pública nem o Estado teve a oportunidade de explicar claramente o que pretendia fazer e nem os formadores de opinião tinham instrumental claro para interpretar o tema. O projeto tinha como base a geração de um marco regulatório para economia da cultura, não para a cultura, como foi martelado por uma mídia interessada em sepultar o projeto de imediato. Ainda vejo aqui e ali menções a Ancinav como um surto autoritário do governo Lula. São factóides que mostram que parte do desafio de debater esse tema a luz do dia terá que ser impulsionado pelo amadurecimento da sociedade brasileira e sua relação com um Estado democrático.

Tenho a impressão que este mesmo espírito antidemocrático retorna quando parcela das emissoras de televisão se colocam contra um mecanismo que comum às mais democráticas nações do mundo. Trata-se do mecanismo de classificação indicativa que permite que pais e mães possam criar seus filhos sem a exposição a programas que banalizam ou expõe a violência e estimulam o consumo de tal forma que torna-se difícil para os pais e mães administrar. A propagação do medo de consequência psíquicas que já foram detectadas. O que está sendo proposto no Brasil pelo Ministério da Justiça não é censura mas o fortalecimento da sociedade civil no controle social da programação. Fiquei feliz de ver um editorial de um jornal de São Paulo a favor da medida, que é comum aos países avançados. (Gil, 9 março 2007).

De fato, ao início de 2007 verificava-se uma acentuação de um processo de discussão a respeito das comunicações sociais no Brasil e da oportunidade de sua democratização.

Estamos hoje debatendo finalmente a comunicação social: tarefa que países avançados concluíram no passado como pressuposto indispensável do ingresso na modernidade.

Aqui, estamos invertendo o que ocorreu em muitos países desenvolvidos, onde o público antecedeu o privado, ou foi simultâneo a ele, países onde a cidadania antecedeu o consumo de massas, e onde afirmou-se com mais facilidade o lugar - por exemplo - da TV pública.

Já anunciamos que próximos meses, estaremos realizando o primeiro Fórum Nacional de TVs Públicas com o objetivo justamente de fortalecer a televisão pública como um lugar de programação de qualidade, de excelência no contexto da televisão digital.

Nos aproximadamente 20 anos de período autoritário, o Estado brasileiro agiu pela censura e pela legislação para que a televisão fosse um instrumento de segurança e controle, de centralização simbólica e de integração nacional. Nem sempre conseguia, a exemplo de programas como o Abertura da TV Tupi, e de outras expressões culturais antenadas na redemocratização e aspirando acelerá-la por meio da televisão.

A presença dessa orientação centralizadora no passado recente do Brasil explica porque hoje certas regiões e estados do Brasil tem menos presença na televisão pública e comercial aberta, contrariando o que ocorre em muitos países avançados, e apesar de nossa riqueza cultural e apesar dos inúmeros programas de regionalização que realizamos nessa gestão - como o vitorioso DOCTV. (Gil, 9 março 2007).

Para o MinC, na gestão de Gilberto Gil e Juca Ferreira, é claro o papel decisivo das TVs públicas para a democratização do acesso à cultura.

Também precisamos atualizar imediatamente nossos sistemas de comunicação, explorar nosso potencial como produtores e consumidores de programação e conteúdos. Incorporar as TVs Públicas como estruturas decisivas para as políticas culturais, projetando suas articulações com a Internet e com a possibilidade contemporânea de inverter a lógica da cultura de massa ‘de um conteúdo para muitos espectadores’, que tem sido a lógica até aqui dominante, colocando no lugar o lema: ‘muitos conteúdos para cada espectador’. (Gil, 25 março 2008).

A idéia de incorporação da TV pública às políticas culturais foi levada pelo MinC para além das fronteiras do Brasil, quando Juca Ferreira, então Ministro interino, se pronunciou na XXVI Reunião de Ministros da Cultura do Mercosul Cultural.

Penso que para além das vontades dos governos aqui reunidos há o universo simbólico que converge para uma esfera comum de atualização. Esse é o ponto decisivo para que tenhamos de fato uma diversidade semântica sendo trocada cotidianamente em nossas sociedades. Precisamos ajustar nossos relógios históricos. Os indivíduos de nossos países devem poder construir seu universo cultural mirando um mesmo ambiente de recepção, sendo possível interagir em tempo real com os seus conterrâneos do Sul. Estaremos assim formando uma economia criativa que agencia a mesma rede de percepções e o mesmo universo de sentido. A construção da Televisão Pública e do espaço de audiência comum

é algo vital para que sejamos todos contemporâneos de nós mesmos nesse lugar do planeta que habitamos. Vejo a produção de conteúdos do Mercosul como questão decisiva para que afirmemos a autonomia de nossos territórios. O espaço virtual desses veículos de comunicação é o dispositivo que materializa o ambiente sul-americano, mas isso só ocorrerá se nos associarmos cooperativamente para reinventar diariamente nossa cultura comum. Creio que o que foi feito até aqui, através do DOC TV, nos aponta caminhos para seguirmos nessa direção. (Ferreira, 12 junho 2008).

A Ação Cultura Digital, no âmbito do Programa Cultura Viva, por exemplo, tem como um de seus fundamentos a concepção de cultura digital já formulada pelo Ministro Gilberto Gil no ano de 2004 e incorporada às ações do MinC.

Cultura digital é um conceito novo. Parte da idéia de que a revolução das tecnologias digitais é, em essência, cultural. O que está implicado aqui é que o uso de tecnologia digital muda os comportamentos. O uso pleno da Internet e do software livre cria fantásticas possibilidades de democratizar os acessos à informação e ao conhecimento, maximizar os potenciais dos bens e serviços culturais, amplificar os valores que formam o nosso repertório comum e, portanto, a nossa cultura, e potencializar também a produção cultural, criando inclusive novas formas de arte.

A tecnologia sempre foi instrumento de inclusão social, mas agora isso adquire novo contorno, não mais como incorporação ao mercado, mas como incorporação à cidadania e ao mercado, garantindo acesso à informação e barateando os custos dos meios de produção multimídia através de ferramentas novas que ampliam o potencial criativo do cidadão. (Gil, 10 ago. 2004).

O tema da inclusão digital, que hoje ganha contorno formal por meio de iniciativas do Governo federal para ampliar o acesso da população à banda larga de internet, foi uma das bandeiras levantadas por Gilberto Gil já nos primeiros meses de sua gestão.

A preocupação com a inclusão digital, por exemplo, é algo que está sempre no nosso horizonte de ação. No MinC vemos a Internet como um paradigma a ser perseguido na questão da compreensão da cultura digital; a banda larga como uma política pública a ser implementada e, em última instância, a interatividade como condição necessária para todas as atividades culturais.

Tudo isso se traduz, por exemplo, na criação de estúdios multimídia pelo Brasil, que é a unidade zero do ponto de vista cultural da inclusão digital e que é um programa desse ministério.

Também se traduz no debate sobre o uso do Fust, o Fundo de Universalização das Telecomunicações, que tem mais de R\$ 3 bilhões para programas de inclusão digital e que até hoje não teve nem um centavo aplicado em programa algum, devido a entraves regulatórios.

Temos conversas já avançadas com o Ministério das Comunicações e com a Anatel nesse sentido. A nova visão da realidade digital é que o centro do mundo deixa de ser geográfico. A globalização digital é includente. E os recursos do Fust devem ser usados para a inclusão digital cidadã. (Gil, 10 ago. 2004).

Alguns anos depois, o Ministro Juca Ferreira anunciava a participação do MinC no Plano Nacional da Banda Larga do Governo Federal.

O governo está neste momento discutindo o seu "Plano Plurianual", que vai determinar recursos para várias áreas, e exige o planejamento da nossa infraestrutura para o conhecimento. Dentro do "Plano Nacional da Banda Larga", o Ministério da Cultura é o órgão responsável pelo grupo de trabalho chamado "GT de Conteúdos". Esse espaço é importantíssimo. Ele deve ser ocupado por nós, que devemos forçar a estreita porta da oferta de conexão de alta qualidade, juntando essa oferta de conexão à oferta efetiva de conteúdos de qualidade para a população do país. Conteúdos cuja circulação depende imprescindivelmente da banda larga. Mais uma vez, o mesmo assunto: espaços de circulação e visibilidade. Vocês compreendem.

O presidente Lula disse recentemente que a elaboração de um plano nacional para a banda larga é um dos últimos atos prioritários do seu governo. E um plano efetivo, como esse, não pode se montar sem que se pense nas "coisas" que circularão pela infraestrutura, na informação e no conteúdo que a infraestrutura fará circular. É meu dever dizer a vocês: que é parte nossa trabalhar para que outras dimensões do acesso sejam garantidas pelo conjunto do governo. É parte nossa levar esses conteúdos à "nuvem", de forma a que, quando o país superar o seu gargalo de acesso, estejamos prontos para promover uma tempestade cultural, com todas as suas implicações políticas, e até diplomáticas. (Ferreira, 29 abril 2010).

Para finalizar, a partir do entendimento que a cultura se constitui nos próprios conflitos sociais, consideramos fundamental para políticas públicas consistentes – não apenas na área da cultura – que sejam efetivados esforços no sentido de "comunicar" e "informar" a existência daquilo que é ocultado. Apoiar essas experiências, ter cautela com as totalizações, trabalhar com os fragmentos, com os fluxos, com os movimentos.

Nesse sentido, o sociólogo Boaventura de Sousa Santos propõe um outro modelo de racionalidade – uma racionalidade cosmopolita – com a intenção de superar a racionalidade ocidental dominante que, segundo ele, contribui para a ocultação, descrédito e desperdício da experiência social que se apresenta como alternativa à globalização neoliberal. (Santos, 2006: 778).

Com esse paradigma Boaventura pretende trazer à superfície toda a diversidade e multiplicidade das práticas sociais de uma dada realidade social. Esse afloramento para o conhecimento de tais práticas sociais pode levar a uma auto-afirmação das mesmas e a credibilizá-las, de modo a que essas singularidades possam se apresentar de forma adequada frente ao descrédito e marginalização produzidos permanentemente pelo pensamento hegemônico global.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANCLINI, Nestor García. Imaginários culturais da cidade: conhecimento / espetáculo / desconhecimento. In: TEIXEIRA COELHO (Org.). *A cultura pela cidade*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008.
- CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.
- SAID, Edward. *Culture and Imperialism*. Londres, Chatto and Windus, 1993, p. xvi. [Edição brasileira: *Cultura e Imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo, Companhia das Letras, 1995].
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez, 2006.
- TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.